



## **BIBLIOTECA E AVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: avaliação do MEC<sup>1</sup>**

GONÇALVES, Suellen Souza\*

**Resumo:** Frisa o posicionamento da biblioteca em relação à avaliação do MEC no ensino superior. Mostra como a biblioteca deve ser apresentada para a visita em relação ao acervo, atendimento ao usuário, às necessidades de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, equipamentos adequados e a preparação dos bibliotecários. Visa demonstrar a trajetória da avaliação do MEC como um plano que contribuir para a melhoria do ensino superior. Objetiva levantar questões sobre os padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC para o funcionamento das bibliotecas em relação ao ensino superior. Utiliza como estratégia metodológica um levantamento bibliográfico embasado autores como: Oliveira (2002), Sousa (2006), Dias Sobrinho e Balzan (2005) e Real (2008).

**Palavras-chave:** MEC - Avaliação. Biblioteca universitária. Ensino Superior.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho mostra quando surgiu a necessidade de avaliar o ensino e que depois se transformou também numa avaliação da instituição de ensino no todo e não só a questão do ensino - aprendizagem.

A constante criação de instituições de ensino privado provocou uma ameaça a instituições públicas e devido esse motivo deu-se a criação da avaliação, mas com o motivo de prestar conta com a sociedade e fortalecer as instituições públicas.

O ensino superior é visto como o passo para o desenvolvimento dos indivíduos na sociedade após os anos de estudo primários e secundários, pois é quando o indivíduo escolher uma profissão para seguir. E a partir do ensino superior foi criado critérios de avaliação para que certo curso possa funcionar, assim como a instituição. E por isso a necessidade de avaliar a biblioteca da instituição, pois ela tem a função de auxiliar e complementar o ensino dos discentes.

---

<sup>1</sup> Comunicação oral apresentada ao GT 7 – Livre.

\*Universidade Federal do Pará. Graduanda em biblioteconomia - suellengoncalves@hotmail.com.



O artigo tem como objetivo levantar questões sobre os padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para o funcionamento das bibliotecas em relação ao ensino superior, mostrando os principais critérios do MEC. A metodologia utilizada foi levantamento bibliográfico baseado em autores estudiosos na área da avaliação institucional, e na posição da biblioteca nesse contexto.

A estrutura do artigo foi dividido de maneira cronológica para que se possa compreender desde a criação da avaliação institucional até o momento em que a biblioteca entra como fator necessário para contribuir no ensino superior, assim como ela contribui para os outros alunos das séries primárias.

## **2 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

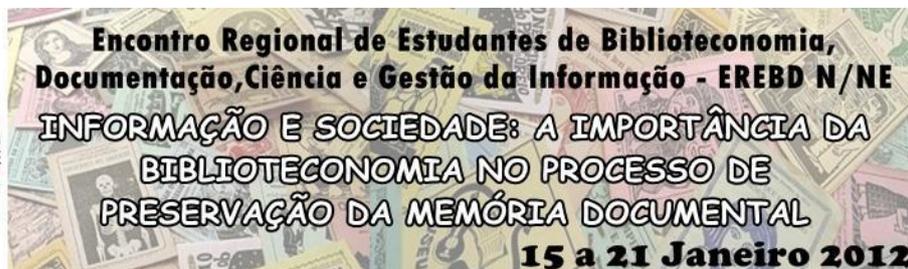
Para começar é necessário compreender o significado da palavra universidade que segundo Dias Sobrinho e Balzan (2005) é uma instituição social de caráter essencialmente pedagógico. E por essa explicação pode-se melhor compreender a dimensão institucional da avaliação.

Evidências apontam o interesse pela avaliação educacional no Brasil desde 1930, mas é na década de 1980 que a comunidade científica brasileira vem junto como os movimentos dos docentes e órgãos unidos a educação superior discutindo a questão da necessidade da avaliação institucional por vários motivos.

Segundo Dias Sobrinho e Balzan (2005) nas universidades públicas desenvolveu-se a ideia de que a avaliação era necessária para cumprimento do princípio de transparência, ou seja, a exigência ética das prestações de contas com a sociedade e mecanismo de fortalecimento da instituição pública ante as continuas ameaças de privatização.

Assim a avaliação cria força ligada a crise da universidade, alguns grupos foram constituídos e algumas iniciativas tomadas na avaliação das universidades, mas em fase de implementação não teve a aceitação da comunidade científica.

A partir de 1990 a temática avaliação institucional vem ganhando consistência e com isso a reação da autonomia e da qualidade. Nos debates a questão foi mudada e os princípios que seriam avaliados era a avaliação como instrumento de melhoria e de construção da qualidade acadêmica e científica e também não discutir a necessidade da avaliação e sim consolidar e desenvolver processos de avaliação institucional.



E a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), serviu de inspiração para o desenvolvimento de modelo para o projeto de avaliação institucional do ensino superior de âmbito nacional. E também por causa dos debates em encontros e congressos sobre o ensino superior o MEC, criou em julho de 1993, a Comissão Nacional de Avaliação e o Comitê Assessor, ambos constituído por membros da comunidade universitária e programaram o PAIUB.

Conforme completa os autores Dias Sobrinho e Balzan (2005) a avaliação institucional é uma maneira de conseguir alcançar a “qualidade total” e ela é formativa, pois mais do que avaliar os produtos da instituição é visto, sobretudo os processos que produzem a instituição.

## 2.1 ENSINO SUPERIOR

Como explicitado acima à avaliação institucional vem sendo pensada por anos e com decorrer dos tempos vem sendo melhorado e junto com ela a criação de projetos para melhor avaliar a educação superior.

Segundo Real (2008) têm-se três períodos que marcam o ensino superior no Brasil, que são: o período de 1968 a 1985 a gestão militar, período de 1985 a 1995 que estende a Nova República e 1995 a 2002 a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Desde 1930, pensava-se na avaliação da educação superior, mas o marco foi no regime militar, pois foi nesse período que se processou a reforma universitária, considerada revolucionária, a reforma de 1968 tentou diminuir a crise em que a universidade se encontrava, mas conceber a qualidade como controle de quantidade.

No período de 1985, marca o fluxo de expansão de instituições e cursos, discussão entre o público e o privado e também deixa espaço para a constituição Exame Nacional de Curso (ENC), como modelo novo de avaliação. Já o período de 1995 marca a qualidade com quantidade, editada a lei nº 9.131, em 24 de novembro alterando as atribuições do Conselho Nacional de Educação e implantado o ENC como principal instrumento de avaliação.

Real (2008) ainda explica que a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) implanta a lei de união do MEC e Conselho Nacional de Educação (CNE), e concentração da avaliação no MEC, mas específico na Secretaria de Ensino Superior (SESu), e mais tarde o decreto 3.860, de 9 de julho de 2001, aponta o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas



Educacionais (INEP) para avaliar os cursos e instituições de ensino superior, assumindo as responsabilidades do SESu.

Conforme os ANAIS da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (1999) a educação superior tem a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo, e devem ser preservados, reforçados e expandidos, para pode:

- ✓ Educar e formar pessoas altamente qualificadas;
- ✓ Oportunidades para o ensino superior e para a aprendizagem permanente, educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;
- ✓ Promover, gerar e difundir conhecimentos pela pesquisa;
- ✓ Compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas;
- ✓ Contribuir na proteção e consolidação dos valores da sociedade; e
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação em todos os níveis, em particular por meio da capacitação de pessoal docente.

Além disso, as instituições de educação superior, seu pessoal, e estudantes universitários devem preservar e desenvolver suas funções fundamentais, submetendo todas as atividades as exigências da ética e do rigor científico e intelectual e desempenhar seu papel na identificação e tratamento dos problemas que afetam o bem-estar das comunidades, nações e da sociedade global, etc.

## 2.2 AVALIAÇÃO DE QUALIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Conseguir alcançar a qualidade total é complicado porque mesmo com muitos estudos existem como diz Campos (2000 apud REAL, 2008, p. 90) “o que é qualidade na educação? Como medir a qualidade da educação? Como integrar, consistentemente a qualidade da educação nos planos e programas governamentais?”.

A UNESCO não tem a concepção de qualidade focada na questão da relação eficácia e produtividade, inclusive utiliza os instrumentos de avaliação como, auto avaliação e avaliação por pares, dando ênfase a internacionalização. Mas um trabalho de Martin Carnoy publicado pela UNESCO explicita a posição reticente da UNESCO em relação a modelos de avaliação de resultados por provas e testes padronizados.



Já em outro documento a UNESCO mostra indicadores de qualidade e a função que pretende atribuir à avaliação que tem relação com a melhoria da qualidade institucional, como diz:

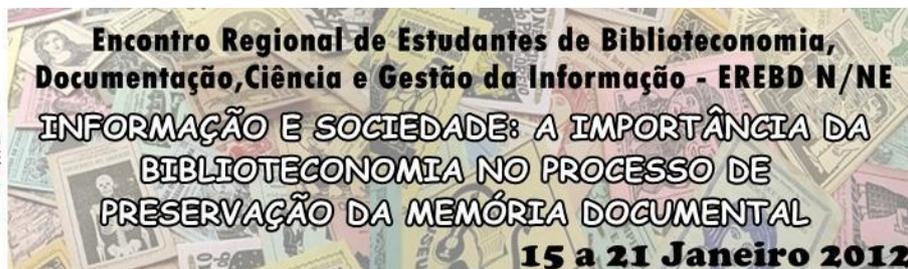
[...], tem que aceitar que a busca da 'qualidade' apresenta muitas facetas que vão além de uma interpretação estreita do papel acadêmico de diferentes programas. Implica, portanto, dar atenção às questões que pertencem à qualidade dos estudantes, da infraestrutura e do meio ambiente acadêmico. Todas essas questões relacionadas à qualidade, juntamente com preocupações adequadas para um bom governo e administração, têm um papel importante em como uma instituição específica funciona, como é acessada e qual a 'imagem institucional' que projeta para a comunidade acadêmica e a para a sociedade. Finalmente, é essencial indicar que o principal objetivo da avaliação de qualidade deve ser o de melhorar a instituição, assim como todo o sistema. (UNESCO, 1999a, p.68 apud REAL, 2008, p.97)

E tratando do monitoramento de cursos pelo CNE, a deliberação sobre autorização e reconhecimento de cursos a partir de relatórios e avaliação do MEC. E o monitoramento é destacado pelo MEC como instrumento mais importante da política de avaliação.

Conforme o MEC (2006) a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, representou um marco na história da avaliação da educação superior brasileira. O novo sistema, que instituiu de forma integrada a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, estabeleceu igualmente que a avaliação das instituições considerará necessariamente as dez dimensões definidas em lei e que terá dois momentos: a auto avaliação, a ser coordenada por Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) e a avaliação externa, a ser realizada por comissões de docentes atuantes na educação superior, devidamente cadastrados e capacitados.

Em cada IES, de acordo com seu porte e estrutura, as dimensões do SINAES devem ser utilizadas como referencial para a análise crítica da qualidade da atuação acadêmica e social, com vistas ao cumprimento de sua missão. A sistemática de avaliação institucional estabelecida pelo SINAES é construída com base em três processos de avaliação:

- ✓ Avaliação da Instituição (Auto Avaliação e Avaliação Externa);
- ✓ Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- ✓ Avaliação dos Cursos de Graduação.



São dez as dimensões, estabelecidas na lei do SINAES, com vistas a promover uma perspectiva orgânica e norteadora da elaboração dos instrumentos e das ações pertinentes ao desenvolvimento da avaliação externa.

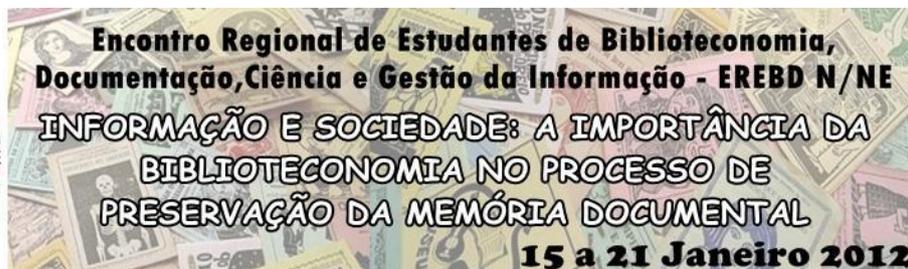
Mas a importante no momento é a dimensão de número 7 que trata da infraestrutura física e recursos de apoio que abrange a adequação da infraestrutura física da IES a suas funções, dimensão e objetivos, em relação visível entre meios e fins e desenvolvimento de práticas pedagógicas e científicas inovadoras; *política de atualização e reposição de equipamentos, de manutenção e atualização do acervo das bibliotecas, atendendo exigências de qualidade acadêmica e necessidades de professores e estudantes*; preocupação com o conforto das instalações, com segurança no campus, com o bem estar da comunidade acadêmica, incluindo condições de acesso e permanência dos portadores de necessidades especiais.

### **3 BIBLIOTECA E INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

Conforme Oliveira (2002) além de se considerar a mudança de paradigma de biblioteca tradicional para biblioteca digital, há a necessidade do entendimento da definição de cada tipologia de Instituição de Ensino Superior (IES), pois só assim se pode avaliar e dimensionar a biblioteca e sua infraestrutura. O Decreto 3.860/2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, classifica as IES quanto à sua organização acadêmica em:

- ✓ Universidade;
- ✓ Universidades especializadas;
- ✓ Centros universitários;
- ✓ Centros universitários especializados;
- ✓ Centros de educação tecnológica;
- ✓ Faculdades integradas, Faculdades;
- ✓ Institutos superiores ou Escolas superiores.

A importância de se fazer um estudo sobre a tipologia das IES antes de montar um planejamento para o desenvolvimento da biblioteca é necessário porque a partir do tipo da IES, deve-se pensar na missão da instituição e que meio ela se desenvolve, para que os serviços da biblioteca sejam de qualidade e atender as especificações da avaliação.



A biblioteca na avaliação institucional é encaixada como dito acima na dimensão de número 7 que trata a infraestrutura física e recursos de apoio que tem o peso equivalente a 10 na contagem da pontuação avaliativa. Podemos verificar que segundo Oliveira as bibliotecas tem a missão de:

As bibliotecas das IES tem por missão o suporte de suas atividades; sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão”. Destas formas, devem-se priorizar recursos informacionais, infraestrutura e serviços adequados para a(s) atividade(s) definida(s) por cada IES. (OLIVEIRA, 2002, p.208).

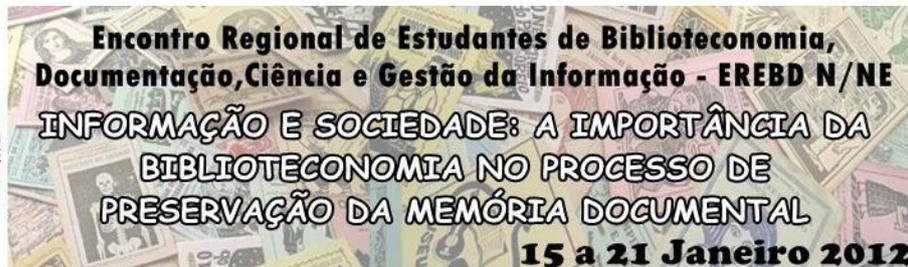
Dentro de uma biblioteca as atividades são de grande importância porque através delas pode-se fazer um estudo de usuários e observar as necessidades dos mesmos e assim buscar melhorar os serviços oferecidos e adquirir um acervo de boa qualidade e de constante utilização.

### 3.1 ESPAÇO FÍSICO

A biblioteca tem que está bem localizada é muito importante em relação aos demais setores ou prédios da instituição a qual pertence, pois a localização contribui para o melhor desenvolvimento das atividades da biblioteca, os serviços oferecidos e sem esquecer a questão da acessibilidade. As exigências a serem tomadas se referem a:

- ✓ centralização em relação à comunidade, a fim de facilitar o acesso daqueles que utilizam a biblioteca, considerando também os portadores de deficiências físicas;
- ✓ fluxo e inter-relacionamento de acesso com os demais prédios;
- ✓ possibilidade de futuras ampliações considerando-se também o crescimento da instituição;
- ✓ facilidades de acesso à atividades sociais e alimentares;
- ✓ locais longe de ruídos externos;
- ✓ segurança para usuários, funcionários e acervo.

Uma biblioteca precisa possuir espaço para três áreas importantes que são para os funcionários, acervo e usuários. Para os funcionários é importante a área para salas de processos técnicos de periódicos, sala para administração, local para duplicação, recuperação e restauração de material bibliográfico, mobiliário básico, etc. Já o acervo é necessário ter estante para livros, periódicos, obras de referências, exposição de publicações, catálogos, etc.



Para os usuários é necessário espaço tanto individual como em grupo, além das mobiliárias e outros suportes para encontrar as informações necessárias (Anexo A).

### 3.2 ACERVO

No acervo encontram-se diversos tipos de suportes e como expõe Oliveira (2002, p.212) “Entende-se por acervo o conjunto de recursos informacionais registrados em qualquer tipo de suporte (impresso, meio eletrônico, imagens, áudio etc.) que compõem uma biblioteca”.

A biblioteca tem que possuir um acervo voltado para os cursos oferecidos pela IES, além de possuir obras de lazer. O acervo tem que ser de boa qualidade, possui espaço de fácil acesso, ter suportes diversificados e que contribua para o ensino dos usuários da instituição. Os materiais mais comuns que forma um acervo em uma biblioteca são livros, revistas, jornais, CDS, DVDS, catálogos, etc., existem casos que o acervo é composto de outros tipos de matérias, por isso a necessidade de diferenciar os tipos de IES.

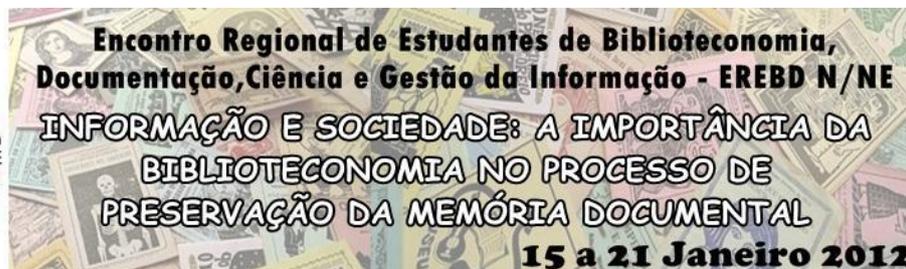
O acervo é um elemento de grande importância na biblioteca, e como se sabe a biblioteca é um organismo em crescimento, e tendo em vista essa informação deve-se projetar pensando no crescimento do acervo e serviços num prazo de 10 anos, que alguns estudos apontam a média de crescimento do acervo é de 50%%, e na avaliação existe o indicador que especifica o espaço físico e o acervo da biblioteca para que possa cumprir sua missão como agente disseminador da informação.

Conforme Sousa os indicadores são importantes para o desenvolvimento da avaliação institucional para um ensino de qualidade então ele afirmar que:

Não se propõe desconsiderar os indicadores, os quais entendo como fundamentais, mas se assinala que, para serem assumidos, precisariam ser resinificados e, até, ampliados, no contexto da instituição. Somente a apropriação coletiva desses indicadores evitaria que a tarefa de avaliação se tornasse uma atividade de avaliadores responsáveis apenas perante o MEC/Inep/Conaes em atendimento a dados “solicitados”. (SOUSA, 2002, p.110)

### 3.3 BIBLIOTECÁRIO

O bibliotecário é o profissional responsável para gerenciar os centros de informação, ele precisa possuir habilidades e competências para gerir a biblioteca e assim, mostrar e oferecer um bom serviço para os usuários.



Para administrar e solucionar as atividades das bibliotecas o bibliotecário deve plicar técnicas de marketing para divulgar os materiais da biblioteca, liderança e relações públicas, para lidar com o público diversificado.

Além de capacitar e orientar os usuários para um melhor uso dos recursos de informação disponíveis e fazer um estudo de caso para melhor oferecer os serviços da biblioteca.

Para receber a comissão do MEC o bibliotecário deve participar de reuniões que explique o processo, providenciar a leitura e análise de documentos, estar ciente da proposta de trabalho da IES e esta ciente do (Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Pedagógico e Plano de Avaliação Institucional) e elaborar relatórios e textos expressivos sobre a biblioteca e sua atuação no contexto acadêmico.

Na hora da avaliação o bibliotecário deve transparecer tranquilidade ao relatar o trabalho da biblioteca, elaborar novos projetos de trabalho para implantação de serviços já que se encontra totalmente engajado ao trabalho da IES.

#### **4 CONSIDERAÇÕES**

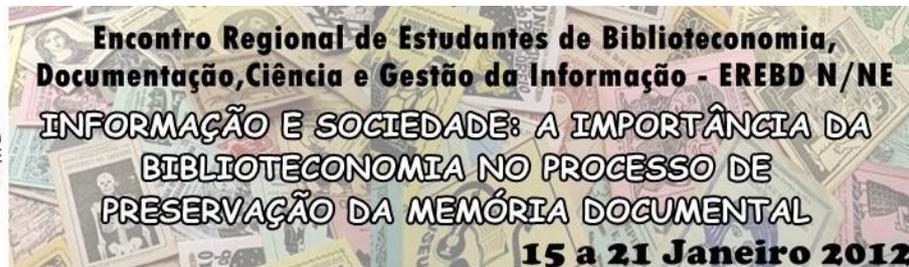
Com a pesquisa foi possível perceber a necessidade da preparação da biblioteca para receber a avaliação do MEC, já que a biblioteca é uns dos elementos de grande importância para o desenvolvimento da IES, pois ela contribui no ensino, tanto suporte através dos serviços e matérias nela disponível.

As instituições de ensino superior foram criadas com objetivo de desenvolver o individuo, assim preparando-os para serem profissionais capazes de melhor a sociedade e ajudar no crescimento da mesma.

A biblioteca é uma organização que apoia o ensino desde as séries primárias até o ensino superior, por isso, e necessário que as pessoas que trabalham nessa organização estejam preparadas para atender, pesquisa, lidar com as diversidades e principalmente ser criativo para melhor desenvolver e oferecer os serviços.

#### **REFERÊNCIAS**

ANAIS da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (1998: Paris, Fr). **Tendências da educação superior para o século XXI**. 2. Ed. Brasília, UNESCO/CRBU, 1999.



BARCELOS, Maria Elisa Americano do Sul; GOMES, Maria Lúcia Barcelos Martins. **Preparando sua biblioteca para avaliação do mec.** Disponível em: <http://www.cid.unb.br/publico/setores/000/77/materiais/2004/2/109/MaElisaBarcelos-Preparandosuabiblioteca.pdf>. Acesso em: 18 Set 2011.

DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (Orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação externa de instituições de educação superior: diretrizes e Instrumento.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

OLIVEIRA, Nirlei Maria. A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidades do MEC: uma análise preliminar. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 207-221, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/409/221>. Acesso em: 20 Set 2011.

REAL, Giselle Cristina Martins. **Impactos da avaliação na educação superior.** Dourados, MS: UFGD, 2008.

SOUSA, Clarilza Prado. Avaliação de instituições de ensino superior: discutindo a necessidade de diretrizes metodológicas e estratégias de implementação. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 17, n. 35, p. 103-114, set./dez. 2006.

#### **LIBRARY AND EVALUATION OF INSTITUTIONS OF HIGHER EDUCATION: evaluation of MEC**

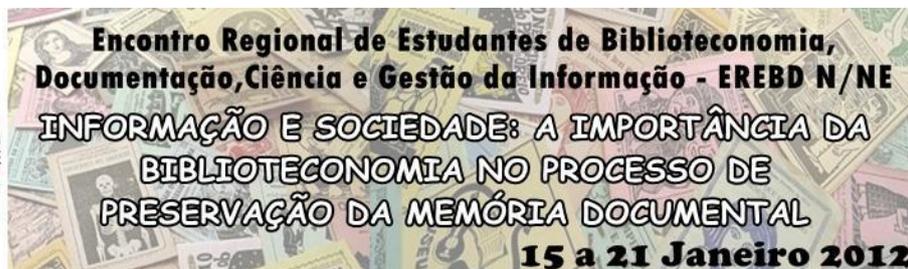
##### **Abstract:**

Stresses the positioning of the library in relation to assessment in higher education MEC. Shows how the library should be displayed for the visit in relation to the collection, customer service, needs to support teaching, research and extension, proper equipment and preparation of librarians. Aims to demonstrate the trajectory of the MEC as an assessment plan which contribute to the improvement of higher education. It aims to raise questions about the quality standards established by the MEC for the operation of libraries in relation to higher education. Used as a methodological strategy literature grounded authors: Oliveira (2002), Sousa (2006), Dias Sobrinho and Balzan (2005) and Real (2008).

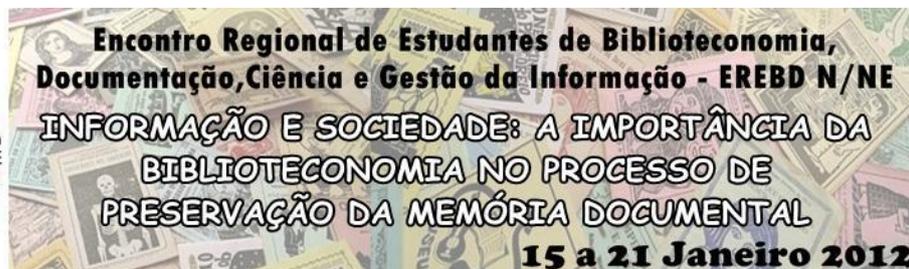
**Keywords:** MEC - Evaluation. University library. higher education

ANEXO A- DIMENSÃO 7 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de Pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

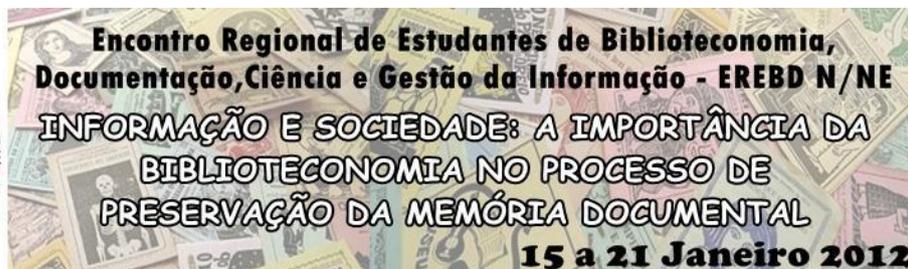
<b>7.4. Biblioteca: espaço físico e acervo</b>	
<b>Indicadores a</b>	<b>Critérios</b>



serem avaliados	
7.4.1. Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo.	<p>5- Quando todas as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo atendem aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza; quando as instalações para o acervo da biblioteca atendem aos seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• condições de armazenagem de modo a assegurar a boa conservação do acervo;</li> <li>• mobiliário e equipamentos adequados; condições de acesso por meio de catálogos informatizados disponíveis para o público, permitindo a consulta por, no mínimo, autor, título e assunto; quando a biblioteca conta com espaço e mobiliário adequados aos estudos individuais e que atendem totalmente às necessidades dos alunos e professores; quando a biblioteca conta com espaços isolados acusticamente e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem totalmente às necessidades dos alunos e professores.</li> </ul> <p>4- Quando a maioria das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo atende aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.</p> <p>3- Quando algumas das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são razoavelmente adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo atendem aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.</p> <p>2- Quando as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são pouco adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são totalmente inadequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p>
7.4.2.	5 - Quando existe informatização da biblioteca em excelente funcionamento;



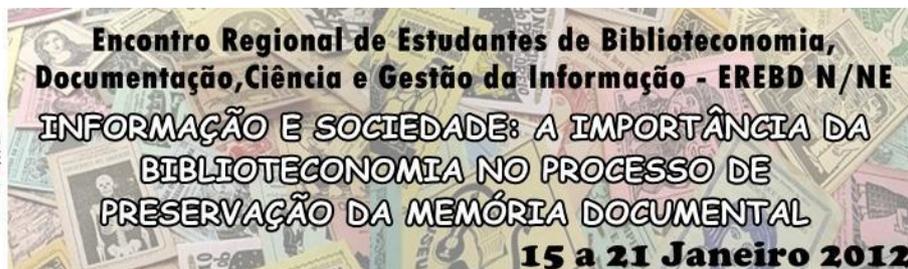
<p>Informatização</p>	<p>práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando a biblioteca conta com serviço de informatização do acervo e serviço de catalogação, controle de periódicos, reserva e empréstimo, comutação e consulta ao catálogo.</p> <p>4- Quando existe informatização da biblioteca em bom funcionamento; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existe informatização da biblioteca funcionando de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existe informatização da biblioteca com funcionamento precário.</p> <p>1- Quando não existe informatização da biblioteca.</p>
<p>7.4.3. Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização.</p>	<p>5- Quando todas as Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização estão implantadas; quando existem na IES políticas implementadas para aquisição, conservação e atualização do acervo e que detalhem claramente, entre outros, os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• critérios definidos para a aquisição e conservação do acervo (livros, periódicos, multimeios);</li> <li>• indicadores para tomada de decisão, considerando a proposta pedagógica dos cursos e as prioridades para as bibliografias básicas e complementares; sistemática regular de aquisição.</li> </ul> <p>4- Quando a maioria das Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização está implantada.</p> <p>3- Quando algumas das Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são razoavelmente adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há adequação,</p>



	<p>esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando as Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são pouco adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando as Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são totalmente inadequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p>
--	---

ANEXO B- DIMENSÃO 7 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de Pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

<b>7.5. Biblioteca: serviços</b>	
<b>Indicadores a serem avaliados</b>	<b>Critérios</b>
7.5.1. Serviços (condições, abrangência e Qualidade).	<p>5- Quando todos os serviços da biblioteca (condições, abrangência e qualidade) são adequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização estão implantadas; quando a biblioteca possui horário de funcionamento compatível com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados, e quando apresenta possibilidades de reserva de livros pela Internet; quando a biblioteca torna disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• serviço de empréstimo domiciliar para itens do acervo, ainda que com distinções entre tipos de material e categorias de usuários, sendo obrigatória a possibilidade de empréstimo de livros, aceitando-se restrições a certos títulos, de forma justificada;</li> <li>• acesso a serviço de cópia de documentos internamente na instituição (ainda que não no espaço físico da biblioteca);</li> <li>• existência de serviço de empréstimo entre bibliotecas;</li> <li>• oferta de serviço de comutação bibliográfica no país e no exterior;</li> <li>• existência de serviço de consulta a bases de dados disponíveis diretamente na instituição, ou via acesso remoto a recursos de outras instituições;</li> <li>• quando existe na biblioteca, orientado por um(a) bibliotecário(a), um programa de</li> </ul>



	<p>apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentação.</p> <p>4- Quando a maioria dos serviços da biblioteca (condições, abrangência e qualidade) é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria dos serviços da Biblioteca (condições, abrangência e qualidade) está em implantada.</p> <p>3- Quando alguns dos serviços da biblioteca (condições, abrangência e qualidade) são razoavelmente adequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; alguns dos serviços da Biblioteca (condições, abrangência e qualidade) estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando os serviços da biblioteca (condições, abrangência e qualidade) são pouco adequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando os serviços da biblioteca (condições, abrangência e qualidade) são totalmente inadequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p>
7.5.2 Recursos Humanos	<p>5- Quando todos os recursos humanos da biblioteca são adequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; quando os responsáveis pela biblioteca têm curso de biblioteconomia e os auxiliares técnicos têm, no mínimo, ensino médio, em número compatível como número de usuários e necessidades da IES.</p> <p>4- Quando a maioria dos recursos humanos da biblioteca é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna.</p> <p>3- Quando alguns dos recursos humanos da biblioteca são razoavelmente adequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna</p> <p>2- Quando os recursos humanos da biblioteca são pouco adequados para a implementação das ciais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando os recursos humanos da biblioteca são totalmente inadequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p>